

Elites no Planalto Médio gaúcho: contribuição para o desenvolvimento local/regional (1930-1945)

Maria Eloisa Cavalheiro*

Resumo

Este estudo investigou as articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas e sua contribuição no desenvolvimento econômico sul-rio-grandense entre 1930 e 1945, nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. A hipótese levantada foi de que as elites políticas delimitavam sua esfera de poder por meio do poder econômico, numa demonstração de que aqueles que representavam as forças econômicas dos municípios pesquisados eram os mesmos que se salientavam na vida política regional, ocupando cargos importantes, sendo escolhidos pelo favoritismo do governo Vargas e dos partidos que o apoiaram em sua trajetória. O método adotado foi o hipotético-dedutivo, com pesquisas em fontes documentais, orais, memórias, história de vida, biografias, atas das associações

comerciais, relatórios, jornais e telegramas. Conclui que as elites políticas faziam parte do contexto institucional de modo direto ou indireto e davam suporte ao governo, especialmente ao federal, ao passo que as elites econômicas atuavam nos diversos segmentos da sociedade, destacando-se em diferentes ocupações e profissões.

Palavras-chave: Poder. Elite econômica. Elite política. Desenvolvimento regional.

* Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Introdução

Este artigo tem a finalidade de apresentar os argumentos construídos no decorrer da pesquisa, de modo a comprovar, por meio de jornais, arquivos, atas e documentos selecionados e analisados no recorte temporal de 1930 a 1945, que as elites políticas da época delimitavam sua atuação e influência na região do Planalto Médio valendo-se do privilégio econômico que detinham nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. Dessa forma, tal influência podia acontecer de modo direto ou indireto, na medida em que os detentores do poder econômico impunham de modo sutil as decisões tomadas para manter ou mudar determinado segmento, a exemplo dos cargos exercidos pelas pessoas nos diferentes escalões da administração estatal, bem como conseguir benefícios para os municípios, como a instalação de empresas públicas, construção de estradas rodoviárias, melhoramento e ampliação da viação férrea, dentre outras benesses. Nesse sentido, valemo-nos da análise de discurso por entender que a imprensa escrita, desde a sua popularização como veículo de comunicação, exerce um papel significativo como fonte de consulta e divulgação dos fatos ocorridos ao longo dos tempos. (ALVES, 1997).

Em relação à política, podemos afirmar que o período em que o controle e a interdição discursivos apareceram mais foi o da época da ditadura getulista, quando a inscrição do político na linguagem revelava a sua ideologia, compondo uma via de acesso para que se possam estudar as

relações de poder em suas mais diversas manifestações. Para Foucault não existe um centro único do poder, pois o poder se espalha por toda a topografia social, nem há a negação da existência de um poder de Estado, mas a par desse existem outros poderes, que podem manifestar diferentes mecanismos de interferência na vida das nações. (GREGOLIN, 2004, p. 17).

No período do Estado Novo getulista a forte presença da ideologia de Estado materializava-se nas práticas sociais e discursivas, como era o caso da exigência de que todos falassem a língua portuguesa, não a de sua pátria, no caso dos imigrantes italianos e alemães. Além disso, a pulverização da política de nacionalismo buscava fortalecer as regiões e o poder da língua pátria, porque, ao mesmo tempo em que o país se beneficiava com o trabalho dos imigrantes, exigia, em nome do “nacionalismo”, que eles interditassem ou substituíssem sua língua. Assim, levando em conta a teoria do discurso em Foucault, “a língua é a nossa forma material de inscrição na história”. (1996, p. 10). E sendo a língua a forma como as pessoas se constituem sujeitos e objetos de uma relação, inscreve na memória as diferentes formas de ser, identificar, perceber, agir, como, por exemplo, outra forma de ser operário, de perceber a nação. Isso preocupava o governo do Estado Novo diante das diversidades culturais advindas da industrialização do país, como se a diversidade não pudesse fazer parte da identidade de uma nação que buscava se construir sobre outras bases.

Ainda com relação à visão de poder de Foucault e ao longo período de Vargas no comando do país, podemos salientar o período iniciado em 3 de novembro de 1930, com a instalação do Governo Provisório, estendendo-se até 1945, com sua deposição e o início da redemocratização do país. Esse período marcou um modelo de Estado iniciado por Vargas que privilegiava a introdução do país na era industrial e, conseqüentemente, no processo de modernização. Existem muitas questões que a Era Vargas introduziu no cotidiano nacional e que podem ser retomadas hoje, como o problema da energia elétrica e das rodovias, uma vez que o cenário atual somente reforça as discussões iniciadas no século passado. Como vemos, as necessidades sentidas e colocadas como prioridades em Passo Fundo e Carazinho pelas elites da época continuam dominando as reivindicações das comunidades.

Na Era Vargas a economia cresceu e se transformou, especialmente em relação aos setores agrícola, industrial, abrigada sob um modelo de Estado ditatorial e intervencionista, demonstrando o crescente poder de decisão e influência do estadista, que se confundia com o conteúdo polêmico das políticas promovidas, as quais, por sua vez, eram inseparáveis da discussão sobre o modelo de Estado que Vargas ajudou a implantar. Os sucessivos desdobramentos no recorte temporal apresentado têm nas ações econômicas, políticas e sociais praticadas pelos detentores do poder conotações reveladoras de ações individuais que vinham ao encontro das tendências da época, como também revelam a forma

como eram conduzidos os dilemas da sociedade em que viviam. (CAMARGO, 1999, p. 13-14).

Apresentamos uma abordagem social, econômica e política do Planalto Médio, com ênfase em Passo Fundo e Carazinho, no contexto que perpassou o período de 1930 a 1945. Nossa intenção é apontar indicadores que comprovem a hipótese levantada na pesquisa, segundo a qual a elite política, valendo-se do poder econômico, articulava-se para pensar, decidir, administrar e garantir que seus interesses continuassem sendo importantes e atendidos pelos governantes, especialmente pelo poder central do estado.

As decisões políticas – nacional e estadual – e seu alcance econômico no estado gaúcho

No plano econômico, as elites, em seu conjunto, caracterizam-se pela ação voltada ao desenvolvimento industrial, comercial e agrícola da economia. Embora tenha saído vencedora da Revolução de 1930, a Aliança Liberal não apresentou alterações significativas na estrutura econômica da sociedade brasileira, assim como o controle do poder político nacional não tinha mudado de classe. Tal controle passou da fração cafeicultora dos latifundiários para uma composição diferente da mesma classe de latifundiários, na qual predominavam os segmentos ligados ao mercado interno, apresentado em 1930. (GORENDER, 2004, p. 62-63).

No Rio Grande do Sul articularam-se as condições para a elaboração de um capitalismo tardio, mas possível de se desenvolver em áreas originárias de uma formação basicamente colonial e historicamente dependente e subordinada. (SÁ, 1973, p. 102-103). Observando as especificidades das condições das áreas coloniais, que foram originadas e arquitetadas com o intuito de proporcionar uma sobra econômica, a pecuária gaúcha continuou sendo a base de fornecimento dos alimentos agropastoris para o resto do país. Portanto, foram as colônias as principais contribuintes do funcionamento do processo de acumulação primitiva que aí se verificou. (DE MELLO, 1982).

O Rio Grande do Sul representava uma área submissa à economia central do país. Assim, a sua participação destacava-se na produção para garantir o abastecimento do mercado interno. A pecuária constituía-se na sua atividade econômica mais importante, embora o binômio criação-charqueada não se adequasse ao modelo capitalista que se introduzia no país. No entanto, foi por meio da pecuária que o capitalismo se materializou no Rio Grande do Sul. (PESAVENTO, 1980, p. 18).

No Brasil, país periférico-dependente, o café cumpriu um papel relevante nesse processo; assim, tanto a agricultura como o comércio desempenharam a função de proporcionar a acumulação de capital nessa fase. Também a indústria mostrou uma função do setor exportador, criada em seu interior. (SILVA, 1976). Diante desse quadro, reconhecemos que a investidura de Getúlio Vargas na chefia do Governo

Provisório, em novembro de 1930, representou um desafio para esse estadista, porque a execução dos planos básicos da revolução conflitava com a insuficiência dos recursos do Erário e com as situações políticas de pelo menos 17 estados que haviam sido contrários à Aliança Liberal.

Na disputa pela sucessão presidencial de 1930, a burguesia industrial escolheu apoiar Júlio Prestes, candidato de Washington Luís e do Partido Republicano paulista. Em contraposição, ao assumir o poder após o movimento político-militar de 1930, Getúlio Vargas e sua equipe ministerial não possuíam qualquer projeto de incentivo especial à industrialização do país. As medidas iniciais de maior impacto do governo Vargas destinaram-se aos setores da agropecuária, incluindo aí a cafeicultura, cujos estoques invendáveis passaram a ser comprados e queimados pelo governo federal. (GORENDER, 2004, p. 62-63).

Para Fausto, o setor cafeeiro, que havia sido enfraquecido pelo governo de Washington Luís, encontrara em Getúlio Vargas o sustentáculo de que precisava, já que a burguesia do café, apesar de ter sido derrubada do poder, não deixara de ter os interesses setoriais atendidos por este, pois o café continuava a ser o centro de referência da economia brasileira e representava 62,6% do valor das exportações em 1930. (FAUSTO, 1975, p. 105). Nesse mesmo sentido, Levine assinala que Vargas não titubeou “em aumentar a intervenção federal e assim procurar resolver quando tal procedimento lhe parecia necessário”, ou seja, as ações de Vargas vinham ao encontro dos interesses políticos e, para tanto,

necessitava do apoio das elites. (LEVINE, 1970, p. 23).

No Brasil, o setor que mais sofreu com essa crise foi o da agricultura. A partir de 1931, o governo adotou medidas de proteção que visavam resolver, momentaneamente, o problema, a exemplo das moratórias, da Lei de Usura, da compra e queima de café, da criação do Conselho Nacional do Café, que mais tarde iria se transformar no Departamento Nacional do Café. A situação da crise cafeeira encontrou os produtores num dilema: a produção, que se encontrava em altos níveis, teria de continuar crescendo, uma vez que eles continuavam expandindo as suas lavouras. A produção máxima de café teve seu apogeu no ano de 1933, levando a que o governo se obrigasse a trabalhar considerando três pontos básicos:

[...] a) que mais convinha, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como uma fábrica cujas portas se fecham durante a crise? b) caso se decidisse colher o café, que destino deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo? c) caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação? Isto é, sobre quem recairia a carga, caso fosse colhido o café? (FURTADO, 1968, p. 196).

Analisando esse aspecto, vemos que o governo se viu num impasse, pois a economia havia desenvolvido uma série de mecanismos, segundo os quais a classe dirigente cafeeira conseguia transferir para o resto da população o peso da carga das quedas na produção cafeeira. Logo, a solução esperada pela elite do café era a que

ela não arcasse com o custo total do ônus da crise que se instalara. (FURTADO, 1968, p. 197).

Dessa forma, constatamos que a liquidação das reservas cambiais brasileiras e a falta de perspectiva de financiamento das safras para o futuro aceleraram mais ainda a queda internacional do preço do café e, junto com este, também de todos os demais produtos primários comercializados na época. Nesse sentido, salientamos que o Brasil passou pelos efeitos de duas crises, a da procura e da oferta do café, as quais favoreceram as organizações intermediárias no comércio do produto. Estas, percebendo a debilidade da posição da oferta, puderam transferir para os produtores brasileiros a totalidade de sua parcela de perdas causada pela crise geral, demonstrando que o poder econômico dos fazendeiros continuava a se sobrepor aos interesses da maioria da população.

O impasse dos cafeicultores não se restringiu ao aspecto da produção e do preço, pois também envolveu as questões de dívidas e de créditos. A estrutura fundiária e econômica do café foi de grande complexidade e, mesmo que a crise tenha atingido seu ponto máximo e apresentado sinais de declínio, continuou intensa e representativa da base econômica do Brasil. Reconhecemos que as mudanças políticas ocorridas após 1930, pelas quais os grupos governamentais continuavam a defender os interesses agrícolas, bem como os acordos comerciais feitos com o exterior, no sentido de proteger a exportação do café e de outros produtos nativos, começaram a dar sinais de declínio, o que ocorreu a par-

tir da Segunda Guerra, quando o governo sentiu necessidade de incentivar as atividades industriais, em razão da escassez dos produtos para importar. (CARONE, 1988, p. 22).

O governo instaurado por Vargas demonstrou adotar um novo tipo de sociedade agrária, ao mesmo tempo em que remeteu ao desmantelamento de valores e de modos de vida. Vargas instituiu a reciclagem do sistema agroexportador, pois a crise cafeeira de 1929 apressou a tomada dos caminhos para a industrialização.

Em 1937 Vargas fez declarações ao *Financial Times* de Londres, transcritas pelo jornal *O Nacional*:

O sr. Getúlio Vargas falou ao “*Financial Times*” de Londres. Rio, 14 (N)- O sr. Getúlio Vargas concedeu uma importante entrevista ao “*Financial Times*” falando sobre as diretrizes econômicas do novo regime brasileiro. Expôs primeiramente as garantias que a nova constituição oferece ao capital estrangeiro. Tratou ainda do pagamento das dívidas externas declarando que o Brasil efetuará esse pagamento de acordo com suas possibilidades financeiras. *Tratou da nova política cafeeira, do comércio livre, frisando que o governo terá em mira principalmente no terreno econômico, o desenvolvimento das exportações e a solução do problema siderúrgico.* (O NACIONAL, 1937, p. 1 - grifos nosso).

Pela significação das palavras no discurso de Vargas inferimos o que Draibe (1985, p. 36) chamou de “o sentido da ação estatal, que diz respeito a uma maneira de hierarquizar interesses sociais, ao definir e articular de certa forma as questões através de seus planos e políticas”. Nesse

sentido, podemos dizer que o grau de liberdade do Estado está diretamente relacionado à variável dependente força que se constitui na política, assim como os limites que lhe são impostos.

No Rio Grande do Sul a República nova permaneceu com o mesmo modelo de desenvolvimento, ou seja, baseado na agropecuária. Dessa forma, os agropecuaristas continuaram no poder e o principal desafio dessa nova fase foi encontrar saídas para a crise da agropecuária que se instalara no estado. O governo central, a partir de 1930, buscou soluções para amenizar os problemas dos estados, desde que mantivessem os mesmos interesses do país como um todo. Nesse sentido, os objetivos eram, basicamente, a integração do mercado pela articulação das economias regionais e a diversificação da estrutura produtiva da nação. Ambos, na realidade, podiam ser resumidos num único, que era a garantia da continuidade do processo de acumulação capitalista no país. (PESAVENTO, 1994, p. 106).

A mudança de uma base agrícola para uma base industrial é considerada o passo mais difícil, mas indispensável, para o crescimento econômico. Não há nada que impeça que a população e a renda *per capita* cresçam numa região cuja base de exportação seja agrícola. Além disso, não é difícil desenvolver a indústria secundária e terciária em tal região. Na sociedade gerada pela lavoura do tipo extensivo, com sua distribuição de renda muito desigual, o proprietário de terras aplicaria as receitas fiscais a investimentos diretamente relacionados com o produto básico da região.

O governo federal olhava para o Rio Grande do Sul como um estado importante na complementação da economia central, uma vez que fornecia ao resto do país gêneros de subsistência para o consumo nacional. Dessa forma, a manutenção da estrutura agropecuária contemplava os interesses do governo central. “Todavia, o esquema de dependência econômica que tal integração e complementaridade pressupunham não era claramente percebido pela classe dominante local.” (LOVE, 1975, p. 119).

As elites políticas regionais que conduziram o curso do desenvolvimento estavam alijadas no poder formal, ou informal; assim, suas ações eram orientadas pela esfera econômica dentro de um processo produtivo capitalista. Essas relações de poder se estabeleciam e funcionavam, num primeiro momento, no âmbito dos interesses políticos e, num segundo, econômicos, sempre com base na atuação do Estado como resultante de uma confluência de fatores em que lógicas globais e processos de ordem regional, local e nacional se entrecruzavam, algumas vezes se complementando e, em outras, contrapondo-se.

O poder relaciona-se com a maximização da produtividade econômica e com a intenção do controle, que está sempre presente na obtenção de um lucro político pela minimização da capacidade de sublevação, ou resistência à força opressora. O discurso do empresariado e do Estado era de conciliação para com os empregados: “Negociando, concedendo pequenas reivindicações, compensando com práticas assistenciais e tentando fazer passar, como

senso comum, a ideologia dominante da ‘harmonia das classes’ para os grupos subalternos.” (PESAVENTO, 1988, p. 132).

Durante os anos compreendidos entre 1930 e 1945 a economia política gaúcha caracterizou-se por ter atingido o apogeu do modelo histórico de desenvolvimento, constituído no transcurso de um século. A zona rural passou por três fases: a) a assinalada pela produção da pecuária e de seus produtos históricos, o comércio, as cidades, as charqueadas e os frigoríficos; b) a marcada pela pequena produção agropecuária e seus produtos históricos, comércio, cidades, artesanatos e manufaturas; c) a assinalada pelas explorações de arroz, trigo e gado e seus produtos históricos e da intermediação, conhecida como “mercado sul-rio-grandense”. (MÜLLER, 1993, p. 363).

A obra de desenvolvimento social e econômico realizada pelo governo Flores da Cunha foi valorizada tanto pela imprensa regional quanto pela local. O jornal *A Federação* atribuiu ao bom relacionamento entre governo estadual e federal a execução de grandes obras naqueles setores. Não se constatam, porém, em momento algum referências à participação do setor privado na construção do Rio Grande, cabendo ao governo tão somente a aptidão exclusiva de operar mudanças, por meio da capacidade de conciliação de que dispunha em relação aos diversos setores sociais.

Nesse contexto, a partir da década de 1930 e entrando na de 1940, o Brasil passou a se organizar na construção do capitalismo industrial, entrando na fase desenvolvimentista, à medida que as in-

tervenções estatais ocorriam para impulsionar a industrialização de um país que se encontrava em desvantagem em relação aos que já haviam aderido ao capitalismo. O reflexo dessas ideias concretizou-se no reconhecimento da necessidade de que deveria existir um elo entre o progresso e crescimento do estado e das regiões, de modo que Passo Fundo e Carazinho, considerados polos de desenvolvimento, salientavam-se na região Norte como prósperos e impulsionalizadores do desenvolvimento e crescimento econômico do estado do Rio Grande do Sul, corroborando com as ideias de Vargas.

As decisões políticas e o alcance econômico no município de Passo Fundo

Os aspectos da dinâmica político-econômica do município de Passo Fundo no período compreendido entre 1930 e 1945 iniciam com o desmembramento do 4º distrito, Carazinho, que trouxe alterações em todos os segmentos.

O grande incremento dado à produção de trigo na época em Passo Fundo (1930-1950), bem como o surgimento de cooperativas e de granjas, proporcionou o aumento de novos proprietários de terra e de arrendatários, redefinindo, em parte, a estrutura pecuarista da região, além da utilização mercantil de parte do latifúndio pecuarista de trigo. (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 90).

Assim, acompanhava-se o novo modelo de Estado instituído por Vargas, no qual a industrialização começava a subs-

tituir, gradativamente, a mão de obra dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que surgiam novas formas de trabalho e, com isso, as leis trabalhistas iam ganhando espaço para se instalar de vez no país.

Para tanto, no setor da pecuária, parte dos criadores passou a formar cooperativas para beneficiar seus rebanhos, eliminando a figura dos charqueadores tradicionais. Por outro lado, outros pecuaristas lançavam as bases para a formação de frigoríficos próprios, ideia que contava com o apoio do governo gaúcho, que amparou e incentivou tanto um como outro grupo de pecuaristas. Apesar das divergências políticas, situação e oposição mostravam-se favoráveis ao objetivo maior que catalisava as atenções dos pecuaristas gaúchos: a construção de um frigorífico nacional. O Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, criado em julho de 1934, buscava, entre outros objetivos, tornar realidade no estado o projeto da frigorificação. (PESAVENTO, 1994, p. 111).

O governo do estado concedeu empréstimo para a concretização do frigorífico, assim como construiu um matadouro-modelo na Serraria e um entreposto frigorífico no cais do porto da capital. Além disso, encomendou vapores-frigoríficos, resolvendo dessa maneira o problema de transporte adequado das carnes. Coincidentemente, os charqueadores também viam vantagem na frigorificação e, por isso, o sindicato desta categoria optou pela sua transformação paralela, embora não integrada ao Instituto de Carnes. (1980, p. 274).

O *Jornal da Serra*, com referência à indústria agropecuária, expressou-se da seguinte forma:

[...] tivemos a oportunidade de presenciar o trabalho de matança em uma indústria. [...] língua, rins, tripas, patinas, rabos, cabelo, *banha*, tudo enfim que pertence ao suíno é aproveitável, tomando a forma para que nossos produtos se submetam a exportação, se adequando a fiscalização estabelecida. Os mercados consumidores, sobretudo os europeus são bastante exigentes e todo o produto que não leva a garantia do governo dos países de origem não encontra entrada em suas fronteiras. Daí a necessidade de se proceder à rigorosa fiscalização de todas as nossas indústrias de caráter alimentício. [...] para que se possa apreciar a grandiosidade do Matadouro Frigorífico de Passo Fundo, basta dizer que atualmente, trabalham ali, nada menos que 400 operários. [...] *o Matadouro Frigorífico desta cidade tem como gerente o senhor Osório Meyrer, cavalheiro que a muitos anos se dedica no ramo industrial que hoje é superintendente. Profundo conhecedor do ramo, vastamente relacionado nesta região, operoso e arguto, sua ação à frente do importante estabelecimento industrial, vem se caracterizando por uma atividade constante, por um trabalho cuidadoso com grande proveito para a poderosa empresa industrial de Passo Fundo, que o tem como um dos seus melhores auxiliares.* (JORNAL DA SERRA, 1938, p. 19 - grifos nossos).

A correlação entre a estrutura linguística da nota do jornal e a estrutura social da época comprova o avanço do programa de industrialização brasileiro, fundamentado em bases nacionais. (BERTO, 1999, p. 34). O desenvolvimento econômico pretendido, pela substituição do trabalho rudimentar por frigoríficos, denotava o avanço social conquistado pela classe operária. Com isso, ressaltava-se a importância dada ao sindicalismo na Era

Vargas por meio das leis trabalhistas e suas conquistas.

Em seus pronunciamentos Vargas deixava transparecer a sua visão conciliadora, moderna, capaz de articular lados opostos, de construir consensos e harmonizar interesses distintos e, até mesmo, antagônicos. Era o que ocorria com a nova visão de Estado que se propunha implantar, na qual a ideia de associativismo, não aceita por Flores, ia aos poucos sendo difundida e aceita pelos líderes políticos e econômicos dos estados brasileiros. Naturalmente, como exímio negociador, Getúlio colocava a figura do Estado como o elemento neutro, mas que poderia resolver e direcionar os conflitos porventura surgidos.

Em nível local, havia a urgente necessidade da ampliação de estações da viação férrea, da liberação de um maior número de vagões para escoamento da produção, mas também de construção de novas estradas. Nesse sentido, o jornal *Correio do Povo* trouxe duas manchetes salientando a importância de estradas e da viação férrea para o crescimento de Passo Fundo. Assim, em entrevista dada, Arthur Ferreira Filho dizia:

Sobre a viação, se o Departamento de Estradas de Rodagem atacar, sem demora, como é de sua promessa, as estradas de Passo Fundo–Guaporé e Passo Fundo–Sete de Setembro, o município ficara desafogada, para levar a cidade grandes melhoramentos nas rodovias de Passo Fundo–Nonohay, Pontão–Sarandi, Rondinha–Taquarussu e outras. *É meu propósito, acrescentou o Sr. Arthur Ferreira- fazer o possível para melhorar consideravelmente as estradas do município.* (CORREIO DO POVO, 1938, p. 4 - grifos nossos).

O teor da entrevista demonstra a “elite política” representada por Arthur Ferreira Filho, então prefeito de Passo Fundo, o qual se valia da pessoalidade – “é meu propósito” –, evidenciando um significado muito além do contido em suas palavras. Na condição de prefeito municipal nomeado por Flores, era propagador das ideias do PRL; por isso, seus pedidos eram atendidos de modo especial pelo então interventor. Além disso, a questão das estradas era importante para desenvolver a região colonial.

Os líderes políticos passo-fundenses defendiam melhorias nos transportes, a exemplo de Nicolau de Araújo Vergueiro, quando candidato ao cargo de intendente de Passo Fundo, ao afirmar que daria atenção especial às estradas de rodagem, consideradas as “artérias por onde circula o sangue bendito da produção, fonte perene de riqueza. Construindo pontes, melhorando todas as estradas velhas, rasgando novas se possível”. (PRATES, 2001, p. 32).

No processo de industrialização regional destacamos a importância ocupada pelas madeireiras, em razão de seu peso na economia dos municípios da região Norte do estado, iniciadas como serrarias no interior dos municípios e envolvendo-se com atividades de exportação. Assim, demonstramos a abrangência das formas de relacionamento dos madeireiros com os mecanismos do poder, possibilitando-nos uma melhor compreensão das transformações sociais ocorridas. É a partir do estudo da produção madeireira nos seus diferentes ramos – extração, serragem, exportação – que podemos compreender a atuação

e os interesses dos grupos sociais envolvidos, bem como a forma como se posicionavam em relação ao poder instituído e como se organizavam segundo as conveniências específicas. (WENTZ, 2004, p. 12).

Os madeireiros formaram na época uma “elite madeireira” que, conforme Pesavento, “sob uma capa de aparente neutralidade [...] sempre correspondeu aos interesses dos detentores do capital”. (PE-SAVENTO, 1988, p. 106). Para tanto, basta acompanhar a trajetória do industrial madeireiro na sociedade civil por meio das notas jornalísticas dos meios de comunicação da época, as quais permitem constatar que ele traçava alianças e composições no sistema do poder de modo a viabilizar seus interesses específicos.

Igualmente, observando a situação industrial em Passo Fundo na época, percebemos que o setor se caracterizava por um grande número de pequenas empresas, ao lado de outras que mais tarde se tornariam grandes. Os índices de crescimento industrial dessa época demonstram números significativos, especialmente entre os anos de 1933 e 1939, que foi de 8,4% ao ano, ao passo que a agricultura crescia cerca de 2,2% ao ano. (BOSCHI, 1979, p. 61).

Passo Fundo exercia preponderância entre os demais municípios do estado, visto que contava com inúmeros estabelecimentos industriais e era centro de trabalho e de empreendimentos, destacando-se os agrupamentos fabris. Como exemplo podemos citar Marau, onde se encontravam instalados um moderno frigorífico, uma fábrica de camas e fogões de ferro, fábricas de móveis, oficinas mecânicas, fábricas

de queijo, manteiga, etc.; em Sarandi, um frigorífico para matança de suínos e um moinho para a fabricação de farinha de trigo; em Vila Teixeira existiam duas oficinas mecânicas e fábricas de trilhadeiras; Coxilha contava com um elevado número de serrarias. Também os demais distritos de Passo Fundo eram contemplados com indústrias.

O comércio, tanto em Passo Fundo quanto nos seus distritos, ocupava lugar de destaque, já que se compunha de diversos ramos de atividades que operavam com um avultado capital, outorgando créditos aos colonos, os quais podiam esperar pelo resultado das diversas colheitas para saldar suas dívidas, contraídas durante os meses em que se dedicavam à colheita dos campos e à exploração de outras indústrias.

As decisões políticas e o alcance econômico no município de Carazinho

O ano de 1931 assinalou a elevação do 4º distrito de Passo Fundo, Carazinho, à categoria de município. No entanto, Carazinho já se encontrava em plena fase de desenvolvimento, pois as serrarias se multiplicavam, a agricultura prosperava, as indústrias se instalavam, o sistema ferroviário recebia incentivo e as rodovias estavam sendo melhoradas e construídas.

Nesse quadro de desenvolvimento, cabe destacar que em 1934 Carazinho instituiu a 1ª Exposição Agropastoril e Industrial, realizada em 10 de maio. Documentos dão conta de que essa exposição

continuará sendo promovida até 1937, conforme texto de um ofício dirigido pelo prefeito a João Antonio Edler, prefeito de Santa Maria:

Comunico ao ilustre colega que, em maio próximo, terá lugar nesta vila, sob os auspícios do governo municipal e das Associações Rural, Comercial e Clube Comercial. Trata-se de uma festa de trabalho regional, e estando vivamente empenhado no seu êxito, solicito a vossa preciosa colaboração, tomando uma área para as importantes indústrias de Santa Maria, que tanto contribuíram para o sucesso da Feira Regional de Amostras, de Cruz Alta. (CARAZINHO, 1934 - grifos nossos).

Percebemos a significação da feira para Carazinho, na medida em que a união dos interesses políticos e econômicos do município congregava a Prefeitura e as associações representativas dos diversos segmentos agropecuários e industriais. Enquanto o processo industrial brasileiro centralizava-se no eixo Rio-São Paulo, as economias periféricas especializavam-se no abastecimento do mercado interno brasileiro com gêneros de subsistência. (PE-SAVENTO, 1983, p. 174).

O desenvolvimento comercial de Carazinho acentuou-se nos primeiros seis meses de 1938, quando a exportação do primeiro semestre superou a de igual período em 1937. Assim, Hillebrand, prefeito de Carazinho, entendia ser esse fato um promissor encorajamento a todos os setores da atividade comercial do município.

Em dezembro de 1939 o *Jornal da Serra* noticiou os algarismos significativos que comprovavam o desenvolvimento de Carazinho. Salientava que o antigo 4º

distrito de Passo Fundo se transformara, assumindo ares de uma pequena grande cidade. Os hotéis, residências, colégios, edifícios públicos, estação haviam acompanhado as transformações impostas pelo progresso.

O *Jornal da Serra* procurava demonstrar aos seus leitores que no período de um ano incompleto a arrecadação do exercício em curso superara a de igual período do ano anterior em 587:777\$600 (quinhentos e oitenta e sete contos de réis). Ressaltava ainda que em 1938 a Coletoria Federal de Carazinho tivera uma renda de 196:169\$663 (cento e noventa e seis contos de réis); já no mesmo ano, em 11 meses, excedera a 1.200:000\$000 (mil e duzentos contos de réis). (JORNAL DA SERRA, 1939, p. 19).

Estava, pois, apto o município a vangloriar-se de sua excelente situação financeira e econômica, além das perspectivas favoráveis para o ano de 1945, pois a proposta *sub judice* dava ideia exata de inexistência de compromissos passivos, com verbas elevadas para os serviços de utilidade pública, o que era o ideal para a política administrativa de Carazinho. (NOTICIOSO, 1944, p. 1).

Também havia sido aprovada a lei orçamentária da Prefeitura de Carazinho para o exercício de 1945. No uso de suas atribuições legais, o Conselho Administrativo do estado havia aprovado, nos termos do relator e com as ressalvas feitas, o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Carazinho que orçava a receita e fixava a despesa para o exercício de 1945 na importância de Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos

mil cruzeiros). Verificamos, dessa maneira, um aumento de Cr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) em confronto com o orçamento vigente, segundo notícia divulgada pelo *Noticioso*, para apontar o crescimento do município. (NOTICIOSO, p. 1). Podemos inferir pelo descrito nessa matéria que, em virtude do aumento do orçamento no município, ocorreria o desenvolvimento administrativo e financeiro de Carazinho.

A delimitação do poder das elites políticas nos municípios de Passo Fundo e Carazinho e a manutenção do poder econômico

O poder das elites nos municípios pesquisados encontrava-se relacionado diretamente à manutenção do poder econômico. Nesse sentido, firmou-se a nova burguesia, constituída de comerciantes, industriais, agropecuaristas e profissionais liberais, dentre tantas outras novas profissões surgidas, que, ao lado dos políticos, empenhavam-se em apoiar o modelo de Estado instituído por Vargas e, desse modo, garantiam a continuidade dos benefícios e regalias a que se haviam acostumado, mesmo num período em que os partidos apareciam mascarados pelas associações.

Em nível nacional, a prática burguesa que se seguiu à década de 1930 revelava uma tendência à consolidação das suas posições de barganha, especialmente em se tratando dos órgãos estatais. Existia uma preocupação crescente com a ausência de uma política industrial definida, que se traduzia em demandas que coincidiam

com a busca da intervenção estatal para regular as questões pendentes. Tal tendência levou a burguesia a apoiar o regime instaurado a partir de 1937, que se caracterizou por um período de dominação autoritária, o qual duraria até 1945 (Estado Novo). (BOSCHI, 1979, p. 69).

A revolução burguesa, acentuada no pós-30 sob a marca do avanço na industrialização, acelerou o desenvolvimento no aspecto econômico e também no campo político, assinalando um novo pacto de poder, que alterou a correspondência de forças dentro da classe dominante e a questão social com um novo tratamento para os setores operários e médios urbanos. (FONSECA, 1999, p. 28). Em Passo Fundo, *O Nacional* salientou a importância comercial do município para o desenvolvimento do estado, visto que era o ponto de convergência da produção de diversos outros.

Não é preciso salientar a importância comercial que ocupa o município de Passo Fundo no estado do Rio Grande do Sul. Dentro dos seus 8.600 quilômetros quadrados, labuta uma população com mais de 120.000 habitantes que se dedica a lavoura, pecuária, comércio e a indústria. Além de sede, a cidade de Passo Fundo, com 20.000 habitantes, tem povoações florescentes, cujos distritos superam em produção alguns municípios gaúchos. Citamos Carazinho, principal centro da indústria madeireira no Estado, Não-Me-Toque, Tapera, Marau, Sarandi e Sede Teixeira, cujo escoamento é feito pelas estações ferroviárias de Sertão, Cochilha, Passo Fundo, Pulador, Carazinho, São Bento e Pinheiro Mercado, todas neste município. Para a cidade de Passo Fundo converge grande parte da produção agrícola dos municípios vizinhos de Guaporé, Soledade, Erechim e Palmeira, bem como

todo o oeste catarinense, via Nonohay, com a erva mate extraída naquele Estado. Se tivéssemos boas estradas, principalmente intermunicipais, mais rápido seria o progresso desta região, até hoje desamparada pelos poderes públicos, do Estado. Podemos assegurar, sem medo de errar, porque aí estão os quadros estatísticos organizados pelo Estado, que esta região é a maior produtora de madeiras, banha, erva mate e trigo, tudo de iniciativa particular, sem que até hoje tenhamos sequer uma repartição pública para orientar o produtor a fim de ser melhorado o produto para ser apresentado nos mercados consumidores. (O NACIONAL, 1937, p. 27 - grifos nossos).

O poder econômico, evidenciado no fragmento do jornal, mostra o universo de ocorrências por que passavam os mercados consumidores da região. A atuação do Conselho Municipal de Abastecimento e Preços de Carazinho, por intermédio da sua diretoria, demonstrava que seus representantes mesclavam-se entre políticos, comerciantes e industrialistas. Assim é que temos: Albino Hillebrand e Henrique Hammes, respectivamente prefeito municipal e coletor estadual; Henrique Thormann, representante dos atacadistas; João Bassani Filho, dos produtores; Guilherme Baccon, dos varejistas; Levino Junges e Dario Canales, dos consumidores. Os dois últimos representavam o Sindicato dos Marceneiros, associações profissionais e Círculo Operário. (NOTICIOSO, 1944, p. 1).

Ressaltamos o incentivo dado ao cooperativismo e ao associativismo. Getúlio Vargas, desde o Governo Provisório, estabeleceu que as classes produtoras deveriam se organizar sob a forma de “consórcios profissionais cooperativos”, com

o objetivo de defender os interesses dos associados. No Rio Grande do Sul a forma que predominou foi a das cooperativas e sindicatos. O Sindicato dos Madeireiros foi sempre motivo de notícias nos jornais locais e também da capital. Era comum na época enviar telegramas para que o interventor tomasse conhecimento de todos os atos efetuados pelos sindicatos.

Da mesma forma que a madeira, a erva-mate e a banha também se constituíam nos produtos industriais de grande força para o setor exportador de Carazinho, colaborando para o crescimento econômico estadual. Nesse sentido, pela análise efetuada do discurso do jornal *Correio do Povo*, fica evidente que a elite econômica local determinava os rumos do crescimento econômico e, por consequência, do desenvolvimento do estado.

Quando, entretanto, os interesses da elite econômica não estavam de acordo com os interesses do governo, medidas eram tomadas, independentemente do grau de satisfação ou não dos envolvidos no processo.

Um dos aspectos que mais se ressaltam em Passo Fundo e Carazinho no novo modelo de Estado implantado por Vargas é o de cunho social, embora vinculado ao político e econômico. “Os novos elementos da burguesia eram provenientes de diferentes segmentos: agropecuaristas, comerciantes e industriais, além dos profissionais liberais, provenientes das classes médias.” (PESAVENTO, 1980. p. 98-98). Os representantes da burguesia industrial gaúcha viam na participação e apoio à situação política a oportunidade de se tornarem co-

participantes do poder. (ID, 1994. p. 109). Assim é que, sob a bandeira do PRL, foi intensificada a reconstitucionalização do Estado, bem como foram tomadas medidas para enfrentar a crise econômica instalada.

A década de 1930 foi marcada pelas conquistas sociais de cunho trabalhista, demonstrando uma “integração” entre os interesses da burocracia estatal e os dos empresários no processo decisório referente à legislação do trabalho e outras questões pertinentes, que revelavam grande número de conflitos.

A ascensão da indústria até 1941, diante da guerra, sobrepôs-se às atividades agrícolas e tornou-se mais abrangente e complexa. Nesse cenário surgiram novos líderes industriais e a intervenção do Estado na atividade repercutiu nos municípios elencados pela chegada do progresso e da diversidade de empresas, associações e sindicatos, decisivas para a manutenção do poder econômico e político locais.

Em se tratando dos aspectos sociais, encontramos a persistência da classe oligarco-burguesa, numa demonstração de que persistiam os traços do passado e continuava a existir a ligação orgânica entre os grupos agrários e urbanos. Os movimentos operários passaram a fazer parte desse novo cenário em razão das greves, manifestações e outras formas de oposição. Quando ocorreu a abertura democrática em 1945, esses movimentos surgiram em todo o seu esplendor, como se a lacuna havida entre 1937-1945 nunca tivesse existido.

Quanto ao sistema político, os fatos trazidos demonstram a dicotomia existente entre a realidade e o sistema político-constitucional, fato que já marcara toda a história passada do Brasil. O coronelismo e as oligarquias desenvolveram o processo de domínio de fato das chefias locais e estaduais.

O poder federal demonstrou maior autonomia em relação às realidades estaduais (CARONE, 1988, p. 1-3), mas também se voltou para a realidade externa do país, para a divisão do mundo entre dois regimes: a democracia e o totalitarismo de direita. A Constituição de 1937 reforçou o autoritarismo do Estado Novo, que se constituiu num regime que criou uma divisão, pela qual os conceitos de chefe e de autoridade prevaleceram, ao mesmo tempo em que começaram a ser identificados por traços mitológicos, fato incentivado pela censura, exercida por órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda. Somente a partir de fevereiro de 1945 renasceram os velhos partidos regionais e nacionais, proibidos de atuar no período ditatorial.

O modelo de desenvolvimento da Era Vargas pautava-se no desenvolvimento autárquico e intervencionista, que, na época, assegurou o progresso e permitiu a industrialização do país. Em Passo Fundo e Carazinho as elites econômicas ligadas ao comércio e indústria, especialmente da madeira e do trigo, também se fizeram representar no cenário político, pois, para investir na indústria, era preciso abrir novas

estradas, aumentar as linhas ferroviárias, melhorar as comunicações, tudo para que as matérias-primas pudessem chegar até as fábricas e, depois, para que os produtos das fábricas pudessem chegar até os consumidores finais de todo o país. Afinal, o Planalto Médio era o celeiro do Rio Grande do Sul, o que lhe garantia certos privilégios, condizentes com a sua importância econômica para o abastecimento interno e externo do país. Nesse sentido, para Vargas o Rio Grande do Sul era importante porque assegurava o abastecimento do mercado interno nacional.

A política fiscal do PRR no Rio Grande do Sul constituiu-se num modelo para a relação desenvolvimentista do Estado brasileiro com a sociedade, no sentido de abranger as novas classes sociais que surgiam diante da industrialização. O atendimento das demandas econômicas do Rio Grande do Sul, em especial das regiões periféricas, exigia como contrapartida a submissão política das oligarquias regionais. A filiação partidária, a ocupação de cargos e o interesse político formavam a base de sustentação do modelo de Estado proposto por Vargas, aglutinando os agentes políticos e econômicos num mesmo patamar de interesses. Assim, a organização da renda, a exploração da agroindústria e a busca pela modernização dos meios de transporte e comunicação desenhavam-se segundo as relações de favoritismo, protecionismo e outros tantos adjetivos que podem qualificar os interesses capitalistas implantados.

Conclusão

Diante dos fatos apresentados, podemos concluir que as elites políticas delimitavam sua esfera de poder por meio do poder econômico, numa demonstração de que aqueles que representavam as forças econômicas dos municípios pesquisados eram os mesmos que se salientavam na vida política regional, ocupando cargos importantes, sendo escolhidos pelo favoritismo do governo Vargas e dos partidos que os apoiaram em sua trajetória.

A burguesia teve papel importante nas relações políticas da época retratada porque foi a responsável pelas oportunidades de formação da classe trabalhadora, em virtude da detenção do capital e do prestígio político, sem os quais não teria se iniciado o processo de industrialização do país. Nesse contexto, o Estado figurava como agente intervencionista e figura de dominação, impondo suas ideias e tendo-as acatadas pela maioria, que almejava se manter numa posição privilegiada. Em Carazinho e Passo Fundo, refletindo o resto do Rio Grande do Sul, o poder permanecia nas mãos da elite militar, estancieira e política, alternando-se conforme sua conveniência.

As elites regionais retratavam uma aproximação ideológica com as pretensões da elite nacional, especialmente em relação ao poder com que se investiu Getúlio Vargas, em nome do qual as lideranças políticas de Passo Fundo e Carazinho realizavam e justificavam seus atos. A prática da política em Passo Fundo e Carazinho, como forma de manifestação partidária,

constituía-se em fator de considerável expressão e forte mobilização para conduzir os rumos da economia destes municípios.

O modelo desenvolvimentista da Era Vargas, inspirado no desenvolvimento autárquico e intervencionista, proporcionou o progresso e a industrialização do país. Acompanhando essa realidade, Passo Fundo e Carazinho ampliaram seus limites negociais, sobretudo os ligados à indústria da madeira e do trigo, levando a que esse aspecto chamasse a atenção de Getúlio Vargas para a urgência em investir na promoção de melhoria nas estradas de rodagem, ampliação das linhas ferroviárias e também do sistema de comunicação.

Averiguou-se que tanto em nível federal quanto no estadual e no local, as relações de poder sempre estiveram atreladas no processo de adequação das relações de produção ao desenvolvimento anterior às forças produtivas, convergindo no sentido de criar melhores bases para o desenvolvimento industrial.

Os municípios de Passo Fundo e Carazinho enfrentaram períodos de crise e de estabilidade, o que lhes possibilitou a construção de uma identidade própria. Carazinho, de 4º distrito de Passo Fundo, após muitas tentativas e desavenças, elevou-se à categoria do município-mãe. No entanto, essa conquista trouxe inúmeros problemas de ordem política, social e econômica, uma vez que contrariou os interesses dos líderes mais antigos, a exemplo de Nicolau de Araújo Vergueiro, para quem a emancipação do distrito representava a perda do reduto eleitoral que lhe garantia significativa fração de votos, além dos impos-

tos arrecadados e da diminuição da área geográfica.

Desde a luta emancipacionista, Carazinho já se projetava como maior polo exportador de madeira, seguido por Passo Fundo. Em outras oportunidades destacava-se pela bravura com que os representantes que compunham a elite econômica saíam em defesa dos interesses carazinhenses e traziam para o seu município aquilo que poderia também dar suporte econômico a outros municípios. Por sua vez, Passo Fundo também se sobressaía nos mesmos setores e possuía lideranças políticas e econômicas que lutavam para conseguir tudo aquilo de que o município precisava para crescer e se tornar o polo regional de desenvolvimento.

Analisando os representantes das elites políticas e econômicas dos dois municípios em estudo, percebemos uma transposição em ambos os segmentos, indicando que os interesses se entrecruzavam, em especial diante da reconhecida projeção econômica desses municípios no comércio da madeira, pois, além de atrair trabalhadores e imigrantes para a região, despertava as atenções de políticos, mesmo durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o Planalto Médio era ponto de apoio, referência, acolhida e até alimentação dos revolucionários.

A viação férrea salientou a capacidade de exportação de Passo Fundo e Carazinho. No Estado Novo já havia ocorrido a melhoria e ampliação desse setor de transporte, mas com a industrialização houve a necessidade de se voltar para as rodovias, constituindo-se no elo de ligação entre eli-

tes econômicas e políticas, estas representando a defesa e implementação do modelo estatal proposto por Vargas.

Tomando-se como base a configuração das alianças políticas seladas no Rio Grande do Sul a partir de 1930, vemos que a Frente Única Gaúcha (FUG) foi a responsável pela vitória da Aliança Liberal no estado. No entanto, a partir do exílio dos líderes da FUG, esta passou a se caracterizar como um grupo que se opunha ao governo de Vargas, não como o representante da união dos partidos PRR e PRL, como havia nascido.

Em nível regional, o modelo de Estado de Vargas praticou políticas relevantes para o processo de industrialização do Planalto Médio. Essa postura vinha ao encontro da proposta do governo federal, no sentido de retirar o país da dependência das importações externas. Em Passo Fundo e Carazinho foi expressivo o aumento de empresas, indústrias e associações, evidenciando o cunho social das novas classes proletárias, que passaram a requerer atenção e legislação condizentes com esse novo modelo de Estado.

A transformação da economia brasileira, centrada no setor industrial, foi demonstrada pela análise de discurso, evidenciando que a imagem da liderança de Vargas, por meio do nacionalismo, da valorização dos produtos naturais, serviu como instrumento de atuação política para divulgar feitos, reuniões, obras, pedidos, interferências da elite econômica junto à elite política, legitimando o presidente e seu governo e obtendo em troca os benefí-

cios que esse apoio trazia para Passo Fundo e Carazinho em forma de progresso.

Constatamos que as elites políticas se delineavam a partir dos cargos que seus membros ocupavam nas esferas do poder, e as elites econômicas, pelo próprio poder econômico que detinham, em virtude dos bens patrimoniais que possuíam, conseguindo, assim, intervir também na vida pública de sua região. Dessa forma, concluímos que existe uma diferença entre a conceituação das duas elites referidas, pois a elite econômica valia-se dos meios materiais para se destacar na sua região, ao passo que a elite política funcionava como um canal de comunicação entre o que a elite econômica precisava para continuar progredindo individualmente e, ao mesmo tempo, trazer para a região conquistas e benesses que se refletiam no bem coletivo.

O Estado Novo representou um momento muito importante de transformação no campo político e econômico de modo geral, refletindo-se em Passo Fundo e Carazinho com a saída e integração de pessoas em diferentes partidos políticos, embora as lideranças fossem mantidas por causa do poder econômico que detinham. Assim, a economia e a política prosseguiram lado a lado, numa clara representação de um processo conhecido por todos, no qual sempre uma elite política, bem guarnecida por uma elite econômica, continuava a comandar as transformações nos municípios em estudo de acordo com a sua conveniência e desejo, resguardando para si e para seus preferidos as inovações que não colocassem em risco o jogo do poder.

Elite in gaúcho's Middle Plateau: contribution to the local/regional development (1930-1945)

Abstract

This study investigated the joints policies established by the regional elites gaúcha, and their contribution in economic development south-river-Grandense between 1930 to 1945 in counties of Passo Fundo and Carazinho. The hypothesis was that political elites delimited sphere of its power through economic power, a demonstration that those who represented the economic forces of the cities surveyed were those that stressed the regional political life, occupying important positions, being chosen by Vargas and the government's favoritism of the parties that supported him in his path. The method used was the hypothetical-deductive, because from the hypothesis we formulated research in documentary sources, oral, memories, life story, biographies, minutes of trade associations, reports, newspapers and telegrams. The technique of discourse analysis has to recognize and analyze the dynamic social, private, public, cultural, ideological or policy of each member considered elite. We conclude that the political elites were part of the institutional context of direct or indirect way, and gave support to the government, especially the federal, while the economic elites working in different segments of society, especially in different occupations and professions.

Key words: Power. Economic elite. Political elite. Regional development.

Referências bibliográficas

- ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Org.). *Imprensa & história*. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1997.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Ática, 1999.
- BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política e social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CARAZINHO. Ofício enviado pela prefeitura de Carazinho para Santa Maria em 3 de fev. de 1934.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, n. 76, ano XLIV, 1º abr. 1938.
- DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1968.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luiz, 2004.
- JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 488, ano IX, 11 dez. 1938.
- JORNAL DA SERRA, Carazinho, n. 584, ano X, 11 dez. 1939.
- LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- NOTICIOSO, Carazinho, n. 108, ano III, p. 1, 22 nov. 1944.
- NOTICIOSO, Carazinho, n. 72, ano II, p. 1, 12 jun. 1944.
- O NACIONAL. Passo Fundo, n. 2875, ano XIII, 14 dez. 1937.
- O NACIONAL, Passo Fundo, n. 653, ano VIII, 19 jun. 1937.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- _____. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho - RS - 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980.

_____. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

WENTZ, Liliane Irmã Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul 1902-1950*. Passo Fundo: UPF, 2004.